

URBANIZAÇÃO E INJUSTIÇA TERRITORIAL NO BAIRRO COMPENSA - MANAUS/AM: UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE VULNERABILIDADE SOCIAL

Henry Gondim de Souza ¹



<https://lattes.cnpq.br/2286213960113129>



<https://orcid.org/0009-0002-8330-4984>

Fernanda Carolina Monteiro de Salles ²



<https://lattes.cnpq.br/8954117125659759>



<https://orcid.org/0009-0006-7129-1046>

Resumo

Este artigo propõe uma análise crítica e empírica da vulnerabilidade social no bairro Compensa, em Manaus/AM, a partir do conceito de injustiça territorial. Fundamentado em dados secundários, observações de campo e análise cartográfica, o estudo problematiza as desigualdades espaciais decorrentes do processo de urbanização periférica na Amazônia. O referencial teórico é sustentado por autores clássicos da Geografia crítica, como Milton Santos, Henri Lefebvre, David Harvey e Rogério Haesbaert, cujas contribuições permitem compreender as formas de exclusão urbana e a resistência dos sujeitos periféricos. Os resultados evidenciam a negligência sistemática do poder público, a precarização da infraestrutura urbana e as formas cotidianas de resistência socioterritorial das populações marginalizadas.

Palavras-chave: urbanização desigual; vulnerabilidade social; injustiça territorial; Compensa; Amazônia urbana.

Abstract

This article presents a critical and empirical analysis of social vulnerability in the Compensa neighborhood, located in Manaus, Amazonas, through the lens of territorial injustice. Grounded in secondary data, field observations, and critical cartographic analysis, the study problematizes spatial inequalities resulting from the process of peripheral urbanization in the Amazon region. The theoretical framework draws from classical authors of critical geography, such as Milton Santos, Henri Lefebvre, David Harvey, and Rogério Haesbaert, whose contributions allow for a deeper understanding of urban exclusion and peripheral resistance. The findings reveal the systematic neglect by public authorities, the deterioration of urban infrastructure, and the daily forms of socioterritorial resistance developed by marginalized populations.

Keywords:

unequal urbanization; social vulnerability; territorial injustice; Compensa; urban Amazon.

¹ Professor de Geografia no estado do Amazonas, formado em Geografia, mestre no programa de pós-graduação da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Email: geografiahenry@gmail.com

² Bacharel em Direito, pela Universidade Luterana do Brasil, formada em Direito, Fonoaudióloga Bacharel, pela Universidade do Norte - UNINORTE. Email: fernandacarolinasalles@gmail.com

Introdução

A urbanização da Amazônia brasileira constitui um processo único e contraditório, atravessado por lógicas de expansão periférica, fruto da desigualdade estrutural e resistência popular. Diferentemente dos paradigmas de urbanização hegemônicos que se consolidaram nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, a urbanização amazônica articula dinâmicas socioespaciais próprias, muitas vezes invisibilizadas pelas políticas regionais e nacionais de planejamento urbano. Essa condição periférica, tanto no sentido geográfico quanto político-econômico, reflete-se na estratificação das cidades amazônicas e na concentração da precariedade em territórios historicamente marginalizados.

Manaus, e a maior metrópole regional da região Norte e o principal centro urbano da Amazônia brasileira, essas contradições ganham contornos evidentes. O crescimento motivado pela especulação imobiliária, pela industrialização tardia e pela ausência de planejamento territorial integrado, contribuiu para o aprofundamento de desigualdades socioespaciais, intensificando a segregação socioespacial e a vulnerabilidade social em bairros periféricos. O bairro compensa, situado na zona Oeste da capital amazonense, representa um caso emblemático desses processos. Historicamente marcado por ocupações irregulares, déficit de infraestrutura e disputas pelo espaço territorial, a Compensa expressa as múltiplas formas de injustiça que permeiam o espaço urbano.

Este artigo propõe analisar criticamente as dinâmicas socioespaciais que estruturam a vulnerabilidade social no bairro Compensa, à luz do conceito de injustiça territorial. Parte-se da compreensão de que tais vulnerabilidades não são fenômenos isolados ou naturais, mas produtos das relações de poder históricos de decisões políticas, omissões institucionais e racionalidades econômicas que hierarquizam os territórios urbanos conforme sua funcionalidade ao capital. A injustiça territorial, nesse contexto, é entendida como a negação do direito à cidade, tanto no plano material quanto simbólico, promovida por políticas públicas seletivas, pela invisibilização das periferias e pela desigual distribuição dos investimentos urbanos.

A escolha do bairro Compensa como objeto empírico se justifica por sua densidade demográfica, por sua diversidade socioterritorial e por seu valor simbólico no imaginário urbano manauara. É um território em disputa constante entre o mercado imobiliário, o poder público e os próprios moradores, que resistem e reinventam cotidianamente suas formas de habitar a cidade. Ao observar esse espaço à luz de autores como Milton Santos, Henri Lefebvre, David Harvey e Rogério Haesbaert, este estudo busca contribuir para o debate contemporâneo sobre justiça espacial, urbanização desigual e resistência periférica na Amazônia.

A investigação se baseia em abordagem qualitativa, combinando levantamento de dados secundários, observações de campo e análise cartográfica. Por meio dessa estratégia metodológica, pretende-se compreender como as desigualdades são materializadas no território, e como as populações afetadas respondem a tais processos, muitas vezes a partir de estratégias coletivas de reexistência. Ao colocar a Amazônia urbana no centro da análise, o presente trabalho reivindica a urgência de olhares críticos e territorialidades sobre os processos urbanos em regiões periféricas do país.

Referencial Teórico

A compreensão das dinâmicas socioespaciais nos contextos urbanos periféricos da Amazônia requer um referencial teórico que vá além da descrição técnica ou puramente cartográfica do espaço. A cidade, enquanto objeto de estudo da Geografia crítica, também se insere no campo de tensões da relação de poder da Sociologia Urbana, do Planejamento Territorial e da formulação de Políticas Públicas. Nesse sentido, este artigo se fundamenta em uma matriz teórico-crítica e interdisciplinar, mobilizando autores como Milton Santos, Henri Lefebvre, David Harvey e Rogério Haesbaert, cujas contribuições são essenciais para analisar os processos de exclusão, apropriação desigual e resistência nos territórios urbanos.

Milton Santos (2008), ao discutir a urbanização brasileira, enfatiza que “o espaço é, antes de tudo, um meio técnico, jurídico e político” (SANTOS, 2008, p. 63), estruturado para favorecer a reprodução do capital em detrimento das necessidades da maioria. Seu conceito de meio técnico-científico-informacional explicita como as tecnologias, os saberes e as decisões públicas são seletivamente distribuídos, aprofundando as desigualdades e criando o que o autor denomina de “territórios opacos” — espaços invisibilizados e negligenciados pelo planejamento urbano. Para Santos, a cidade brasileira é atravessada por uma “racionalidade perversa”, na qual a lógica do lucro se sobrepõe ao uso social do território (SANTOS, 2008, p. 95).

A partir dessa crítica estrutural, Henri Lefebvre (1991) oferece uma chave interpretativa fundamental ao afirmar que “o espaço é um produto social” (LEFEBVRE, 1991, p. 26), não podendo ser compreendido sem considerar as relações de poder que o constituem. A tríade analítica proposta pelo autor — espaço concebido, percebido e vivido — permite interpretar a cidade não apenas como objeto de políticas técnicas, mas como campo simbólico e político de disputa. Seu conceito de “direito à cidade” fundamenta-se na ideia de que “a cidade é uma obra coletiva, que deve ser apropriada por seus habitantes” (LEFEBVRE, 1991, p. 156). Isso desafia os modelos centralizadores de gestão urbana e aponta para a participação ativa dos sujeitos periféricos na produção do urbano.

David Harvey (2005), em consonância com essa leitura, denuncia o processo de urbanização capitalista como mecanismo de “acumulação por despossessão”, conceito que descreve a retirada sistemática de direitos, terras e infraestruturas das populações vulneráveis. Para Harvey, “a cidade é constantemente remodelada para resolver as crises do capital” (HARVEY, 2005, p. 120), o que implica a marginalização de territórios que não servem diretamente aos interesses do mercado. Essa perspectiva conecta-se diretamente às críticas formuladas nas ciências sociais às políticas urbanas neoliberais, que têm promovido a financeirização do solo urbano, a elitização dos centros e a expulsão dos pobres para as periferias (ROLNIK, 2015).

Complementando essas abordagens, Rogério Haesbaert (2004) propõe o conceito de multiterritorialidade, essencial para compreender a complexidade dos pertencimentos urbanos contemporâneos. Segundo o autor, “o território não é apenas onde se vive, mas também onde se exerce poder, onde se cria identidade, onde se projeta o simbólico” (HAESBAERT, 2004, p. 107). Essa concepção rompe com visões estáticas do território e permite entender a

coexistência de múltiplas territorialidades — legais e ilegais, formais e informais — que muitas vezes são negadas ou invisibilizadas pelas políticas públicas.

A multiterritorialidade se torna especialmente importante quando se observa a atuação dos sujeitos sociais em contextos de exclusão, como os moradores do bairro Compensa, que, apesar das limitações impostas pelo Estado, constroem cotidianamente vínculos simbólicos, afetivos e políticos com o espaço que habitam. Essas práticas se manifestam por meio de redes comunitárias, ocupações urbanas, movimentos comunitários e instituições sociais presentes, apontando para a emergência de territorialidades insurgentes, conforme analisado também por autores da Sociologia Urbana como Castells (1983), que identificou nas “lutas urbanas” uma dimensão política do espaço e da cidadania.

Do ponto de vista do Planejamento Urbano, tais conflitos evidenciam o esgotamento dos modelos tecnocráticos e top-down de organização do espaço. A Compensa, como tantas outras periferias urbanas brasileiras, não é contemplada por planos diretores efetivos ou políticas integradas de habitação, saneamento e mobilidade. Como destaca Villaça (2001), “a produção do espaço urbano no Brasil é orientada não pela racionalidade pública, mas pela lógica da segregação socioespacial” (VILLAÇA, 2001, p. 234), o que resulta na perpetuação de desigualdades estruturais.

Neste contexto, a noção de injustiça territorial utilizada neste trabalho integra os aportes da Geografia, da Sociologia e do Planejamento Urbano para descrever os processos que negam o acesso equitativo aos recursos urbanos, tanto no plano físico quanto no simbólico. Trata-se de uma injustiça que opera por meio da ausência de serviços, do apagamento cartográfico, da exclusão institucional e da criminalização de práticas populares de habitação. Assim, a análise da Compensa exige um olhar que reconheça as múltiplas escalas da vulnerabilidade — do saneamento básico à negação do pertencimento, e estigmatização social — e que valorize as formas populares de resistência e reinvenção da cidade.

Panorama Histórico da Ocupação do Bairro Compensa

O bairro Compensa, situado na zona Oeste de Manaus, configura-se como um território exemplar emblemático da urbanização periférica amazônica, cuja formação resulta de um processo histórico marcado por migrações intra e inter-regionais, ausência de planejamento urbano e negligência estatal. Sua formação evidencia a lógica excludente que permeia a formação dos bairros populares nas cidades amazônicas, especialmente a partir da segunda metade do século XX.

O processo inicial de ocupação da Compensa remonta às décadas de 1950 e 1960, quando grupos de migrantes oriundos do interior do Amazonas, do Pará e de estados do Nordeste passaram a ocupar informalmente áreas nas proximidades do igarapé da Avenida Brasil. Esse movimento foi intensificado com a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), em 1967, que atraiu milhares de trabalhadores em busca de oportunidades no novo polo industrial. No entanto, como destaca Silva (2009), a expansão da Zona Franca foi acompanhada de uma urbanização desordenada, gerando “um

**URBANIZAÇÃO E INJUSTIÇA TERRITORIAL NO BAIRRO COMPENSA -
MANAUS/AM: UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE VULNERABILIDADE SOCIAL**

cinturão de precariedade em torno das áreas industriais e do centro urbano" (SILVA, 2009, p. 88).

Nas décadas de 1970 e 1980, a Compensa consolidou-se como um bairro popular, caracterizado por ocupações espontâneas, ausência de serviços básicos e forte vulnerabilidade ambiental, em especial nas áreas ribeirinhas e encostas. Conforme aponta Souza (2016), as construções seguiram padrões de autoconstrução sem suporte técnico, e os moradores organizaram-se coletivamente para acessar água, eletricidade e transporte público. A topografia acidentada e a proximidade com corpos hídricos intensificaram os riscos de deslizamentos e inundações.

Durante esse período, a intervenção do poder público foi pontual e desarticulada. O Plano Diretor Urbano de Manaus de 1992, ainda que tenha reconhecido a Compensa como área de adensamento populacional, não previu ações estruturantes para sua integração plena à malha urbana (MANAUS, 1992). Apenas a partir dos anos 2000 houve um incremento em iniciativas de urbanização, especialmente com os primeiros projetos do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM), embora de forma desigual e insuficiente para reverter décadas de negligência.

Segundo o Plano de Bacia do Igarapé São Raimundo (SEMMAS, 2018), a Compensa apresenta áreas de alta densidade habitacional situadas em zonas de risco geotécnico, com ocupações consolidadas em APPs (áreas de preservação permanente) e vulnerabilidade sanitária. Essas características evidenciam o histórico de marginalização do bairro nos instrumentos de ordenamento territorial. Além disso, a ausência de políticas de regularização fundiária em larga escala compromete o direito à moradia segura e perpetua a informalidade como marca fundacional do bairro (MORAIS, 2014).

Apesar das adversidades, o bairro se consolidou como espaço de resistência e identidade comunitária. Associações de moradores, projetos culturais, movimentos religiosos e ações coletivas revelam uma dinâmica socioterritorial marcada por pertencimento e solidariedade. Como observa Barros (2020), "a Compensa representa um território em disputa permanente entre o mercado, o Estado e os moradores que reivindicam o direito de permanecer e existir em seus lugares" (BARROS, 2020, p. 152).

Assim, a história da Compensa é indissociável da urbanização desigual de Manaus e reflete a lógica seletiva das políticas públicas, que priorizam os interesses do capital em detrimento das populações periféricas. Compreender esse percurso histórico é essencial para analisar as vulnerabilidades atuais do bairro e identificar os mecanismos de reprodução da injustiça territorial no contexto amazônico.

A análise da trajetória urbana do bairro Compensa exige uma leitura atenta às transformações históricas que moldaram seu território como expressão das desigualdades estruturais de Manaus. Em vez de resultado de um planejamento racional e integrador, a formação da Compensa revela um processo contínuo de exclusão socioespacial, onde a precariedade urbana foi naturalizada e institucionalmente tolerada. Inserido em uma lógica de expansão periférica típica das metrópoles amazônicas, o bairro foi sendo apropriado por diferentes sujeitos — migrantes, trabalhadores, ocupantes informais — cujas territorialidades, por vezes invisíveis aos olhos do Estado, conformaram um

URBANIZAÇÃO E INJUSTIÇA TERRITORIAL NO BAIRRO COMPENSA - MANAUS/AM: UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE VULNERABILIDADE SOCIAL

espaço vivido marcado tanto por carências estruturais quanto por resistências cotidianas.

Para compreender essa conformação desigual, apresenta-se a seguir uma linha do tempo com os principais marcos históricos do bairro Compensa, articulando os eventos sociopolíticos e econômicos que condicionaram sua urbanização com os aportes analíticos da Geografia crítica e das Ciências Sociais.

Quadro 1 – Linha do Tempo da Ocupação e Urbanização do Bairro Compensa (1950–Atualidade)

Período	Fatos Históricos e Urbanos Relevantes	Fontes / Observações
1950–1966	Início da ocupação espontânea por migrantes do interior do Amazonas e do Nordeste. Área ocupada sem infraestrutura urbana, em terrenos próximos ao igarapé São Raimundo.	SILVA (2009); MORAIS (2014)
1967	Criação da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), intensificando o êxodo rural e a expansão urbana descontrolada. A Compensa recebe novos fluxos migratórios.	SILVA (2009)
1970–1980	Consolidação das ocupações informais. Ausência de planejamento urbano. Moradias autoconstruídas em áreas de risco. Organização comunitária para acesso a serviços básicos.	SOUZA (2016); BARROS (2020)
1992	O bairro passa a ser reconhecido nos documentos oficiais de ordenamento urbano (Plano Diretor de Manaus). No entanto, não há intervenções estruturantes efetivas.	MANAUS (1992)
1990–2000	Pequenos investimentos em escolas, UBSs e pavimentação precária. O bairro continua com altos índices de informalidade fundiária e déficit de saneamento.	MORAIS (2014); SEMMAS (2018)
2003–2010	Início do PROSAMIM (Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus). Algumas áreas da Compensa são mapeadas, mas intervenções se concentram em outros bairros.	SEMMAS (2018)
2010–2018	Crescimento populacional intensifica a pressão por moradia. Aumento da densidade urbana e da especulação fundiária. Bairro aparece em planos de requalificação urbana.	BARROS (2020); Plano Diretor (2018)
2018–atual	Planos de bacia e estudos técnicos apontam Compensa como área de alta vulnerabilidade geotécnica e social. Permanecem os desafios de regularização fundiária, infraestrutura e acesso equitativo a políticas públicas.	SEMMAS (2018); IPEA (2020)

Org. os autores.

Comentários Analíticos

De 1950–1966: Ocupação Inicial e Invisibilidade Institucional

A formação inicial da Compensa reflete uma lógica de urbanização informal, típica dos bairros periféricos amazônicos, onde o Estado se ausenta da organização do espaço. A ausência de infraestrutura e planejamento revela o que Harvey (2005) caracteriza como a “negligência produtiva”, na qual a precariedade estrutural não é acidental, mas parte de um processo seletivo de organização urbana.

1967: Zona Franca de Manaus e Migração Descontrolada.

Com a criação da SUFRAMA, a Compensa foi fortemente impactada pelo crescimento demográfico acelerado e não planejado. As promessas de modernização industrial não se converteram em urbanização democrática, gerando, como analisa Santos (2008), a expansão dos “territórios opacos”, onde a lógica da vida cotidiana é ignorada pelas políticas de desenvolvimento. 1970–1980: Autoconstrução e Organização Popular. Nesse período, evidencia-se a emergência de territorialidades vividas e multiescalares, conforme proposto por Haesbaert (2004). As comunidades passaram a organizar estratégias de sobrevivência, reforçando laços coletivos e criando uma rede de solidariedade que resistia à precariedade material e simbólica.

1992: Reconhecimento Tardio e Planejamento Omissivo

A inclusão do bairro nos instrumentos legais de ordenamento urbano ocorre tardiamente, sem que houvesse investimento correspondente. Como destaca Villaça (2001), o planejamento urbano brasileiro muitas vezes legaliza a exclusão ao reconhecer espaços apenas formalmente, sem ações efetivas de inclusão territorial.

2003–2010: PROSAMIM e Urbanização Seletiva.

Embora o PROSAMIM tenha sido concebido como política de urbanização inclusiva, a execução dos projetos na Compensa foi pontual e limitada, reforçando a ideia de “urbanismo de vitrine”, no qual apenas determinadas áreas recebem melhorias visíveis. A lógica de acumulação por despossessão (HARVEY, 2005) torna-se visível quando intervenções deslocam populações vulneráveis sem garantir retorno seguro.

2010–Atualidade: Pressão Fundiária e Nova Invisibilidade.

A inserção da Compensa em planos de requalificação urbana e o aumento da especulação fundiária não foram acompanhados de políticas de permanência para os moradores históricos. A “injustiça territorial” aqui se manifesta não apenas pela ausência do Estado, mas pela sua presença seletiva, que reforça desigualdades em vez de mitigá-las.

Essa leitura cronológica evidencia que a Compensa é produto de um processo histórico de urbanização desigual, onde as intervenções estatais foram fragmentadas, reativas e orientadas por interesses exógenos ao território. Ao mesmo tempo, o bairro constitui um espaço de resistência e produção coletiva da cidade, desafiando a narrativa de marginalidade e afirmando seu direito à permanência e à visibilidade no urbano.

As Origens da Compensa: formação urbana, composição social e raízes da vulnerabilidade

A origem territorial da Compensa está ancorada em processos históricos pouco documentados institucionalmente, mas preservados na memória social de

URBANIZAÇÃO E INJUSTIÇA TERRITORIAL NO BAIRRO COMPENSA - MANAUS/AM: UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE VULNERABILIDADE SOCIAL

seus moradores. Relatos orais e registros comunitários indicam que, no início da década de 1950, logo após o término da Segunda Guerra Mundial, famílias de origem alemã residentes em Manaus venderam terras situadas às margens do rio Negro, na área correspondente à atual Estrada do Bombeamento. Parte desses terrenos foi adquirida por Oscar Martinez Borel, esposo de Maria Borel — figura reconhecida localmente como uma das moradoras mais antigas da região, cuja longevidade e permanência no bairro constituem importantes marcos de memória coletiva.

O processo de ocupação intensificou-se a partir da década de 1960, resultando em um adensamento populacional progressivo sobre as áreas anteriormente pertencentes à família Borel. A localidade passou a ser inicialmente conhecida como “Vila de Sapé”, devido ao uso de palhas naturais na cobertura das moradias autoconstruídas. Com a expansão da ocupação e a multiplicação das construções precárias, a área foi posteriormente denominada “Cidade das Palhas” — nomenclatura que evidencia o caráter informal e a criatividade popular na adaptação ao espaço urbano marginalizado.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, o crescimento demográfico e a consolidação das ocupações deram origem à divisão geográfica do bairro em três áreas: Compensa 1, Compensa 2 e Compensa 3. Atualmente, a Compensa se configura como um dos bairros mais populosos da zona Oeste de Manaus e abriga significativa infraestrutura urbana, com presença de instituições públicas, escolas, unidades de saúde, agências bancárias, comércio diversificado, transporte coletivo, sede do governo estadual, sede do governo municipal e feiras-modelo. Tais elementos revelam a complexidade do território, que, embora historicamente marcado pela informalidade fundiária e pela ausência estatal, construiu-se como espaço de centralidade do poder público e a relação desigual da sociedade.

Compreender a vulnerabilidade social no bairro Compensa exige uma leitura atenta de sua gênese territorial e social. A ocupação inicial da região remonta às décadas de 1950 e 1960, quando migrantes oriundos do interior do Amazonas, do Pará e, em menor proporção, de estados do Nordeste, passaram a habitar informalmente áreas próximas ao igarapé da Avenida Brasil. Esse movimento populacional se intensificou em decorrência da decadência do ciclo da borracha, da crise agroextrativista e da ausência de alternativas de trabalho no interior, levando muitas famílias ribeirinhas e camponesas a buscar sobrevivência na capital.

A escolha da região para habitação se deu pela proximidade com o centro urbano, pela possibilidade de acesso à água e pela relativa disponibilidade de terrenos desocupados, ainda que ambientalmente frágeis. No entanto, a ausência de políticas públicas de urbanização e a inexistência de instrumentos de regularização fundiária marcaram a cena do bairro desde o início. A cidade de Manaus, em sua lógica seletiva, acompanhou com omissão o adensamento populacional, permitindo que a precariedade se tornasse uma característica mais marcantes do território.

A partir da década de 1960, com a consolidação da Zona Franca de Manaus (ZFM), a Compensa passou a receber novas levas de migrantes atraídos pela grande oferta de emprego no polo industrial em expansão. Entretanto, como analisa Silva (2009), o crescimento econômico proporcionado pela industrialização não se traduziu em urbanização democrática. Ao contrário,

URBANIZAÇÃO E INJUSTIÇA TERRITORIAL NO BAIRRO COMPENSA - MANAUS/AM: UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE VULNERABILIDADE SOCIAL

as periferias como a Compensa tornaram-se zonas de contenção da força de trabalho excedente, assumindo o papel funcional de alojar populações desassistidas em áreas marginais ao capital.

A formação social dos primeiros habitantes revela um mosaico cultural e socioeconômico peculiar: famílias oriundas de comunidades ribeirinhas, seringueiros deslocados, pequenos agricultores, pescadores e trabalhadores urbanos informais. Muitos mantinham saberes tradicionais relacionados ao uso das águas, da floresta e das redes de solidariedade comunitária, os quais foram fundamentais para a constituição de uma sociabilidade própria no bairro. As relações de vizinhança, os mutirões para construção de casas, as festas populares e a criação de associações de moradores constituíram mecanismos de resistência simbólica e material frente à precariedade estrutural.

Como destaca Haesbaert (2004), a territorialidade não se limita ao espaço físico, mas envolve laços afetivos, simbólicos e políticos. Nesse sentido, a Compensa não se configurou apenas como espaço da carência, mas como território de práticas culturais autônomas e de reexistência cotidiana. Os primeiros habitantes, mesmo diante da informalidade, desenvolveram formas de ocupação urbana que desafiavam a exclusão institucional, produzindo um espaço vivido que escapava ao controle estatal e ao mapeamento oficial.

A origem periférica da Compensa, portanto, não é apenas geográfica, mas também sociopolítica e cultural. A ausência de planejamento urbano integrador, aliada ao estigma social historicamente atribuído à população do bairro, consolidou um padrão de urbanização desigual e macrocefálico que se perpetua até os dias atuais. Isso reforça a atualidade do conceito de injustiça territorial (HARVEY, 2005) como chave analítica para compreender as desigualdades amazônicas — não apenas pela precariedade material, mas também pelo apagamento das trajetórias sociais e das vozes dos sujeitos que construíram a cidade de forma invisibilizada.

Metodologia

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, empírica e crítica, fundamentada no paradigma da Geografia Humanista e na perspectiva interdisciplinar das Ciências Sociais aplicadas ao urbano. Parte-se do princípio de que o espaço não é apenas uma configuração material, mas uma construção social em disputa, exigindo, portanto, uma metodologia que valorize a escuta territorial, a análise multiescalar e a leitura política do território (SANTOS, 2008; LEFEBVRE, 1991).

A escolha do bairro Compensa como recorte espacial baseia-se na sua relevância histórica, empírica e simbólica para a compreensão da urbanização desigual em Manaus. Trata-se de um território marcado pela informalidade fundiária, adensamento populacional, vulnerabilidade ambiental e resistência comunitária, constituindo um campo fértil para a análise das injustiças territoriais na Amazônia urbana, principalmente por se tratar de um dos bairros mais antigos da cidade de Manaus.

Do ponto de vista metodológico, a investigação foi estruturada em três eixos articulados:

a) Levantamento de dados secundários

Foram utilizados dados públicos e documentais oriundos de fontes oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Atlas da Vulnerabilidade Social do IPEA, os Planos Diretores da Prefeitura de Manaus e os Planos de Bacia elaborados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS). Esses dados permitiram identificar indicadores socioeconômicos, infraestrutura urbana, riscos ambientais e marcos legais que contextualizam a realidade do bairro. O cruzamento dessas fontes possibilitou uma leitura crítica das lacunas de políticas públicas e da invisibilização cartográfica das periferias (HARLEY, 2005).

b) Observação direta e registro de campo

A observação direta foi realizada em áreas estratégicas da Compensa, considerando zonas de risco geotécnico, comunidades tradicionais, vias de acesso, equipamentos públicos e espaços de resistência. As incursões em campo foram acompanhadas de registro fotográfico, diário de campo e georreferenciamento de áreas críticas. Esta etapa seguiu os princípios da cartografia social (ACSELRAD, 2002), priorizando a leitura do espaço vivido e a percepção territorial dos moradores, em consonância com a abordagem fenomenológica da Geografia.

c) Análise cartográfica crítica

Com o uso do software QGIS e bases geoespaciais abertas, foram produzidos mapas temáticos representando variáveis como densidade demográfica, cobertura de serviços públicos, áreas de vulnerabilidade ambiental e exclusão fundiária. A cartografia crítica, conforme Harley (2005), não é neutra: ela revela as ausências institucionais e denuncia a política dos mapas enquanto instrumentos de poder e silenciamento. Neste estudo, os mapas foram concebidos não apenas como representação técnica, mas como ferramenta de denúncia e de visibilização territorial.

A triangulação entre essas três estratégias metodológicas — dados secundários, observação direta e análise cartográfica — garantiu a construção de um diagnóstico robusto e situado sobre as condições de vulnerabilidade social no bairro Compensa. Além disso, buscou-se constantemente articular os dados empíricos às categorias teóricas centrais da pesquisa: injustiça territorial (HARVEY, 2005), multiterritorialidade (HAESBAERT, 2004) e direito à cidade (LEFEBVRE, 1991).

Em termos epistemológicos, esta pesquisa assume o compromisso com uma ciência comprometida com os territórios populares, entendendo o conhecimento como prática social situada e dialógica (SOUZA, 2006). A metodologia não busca apenas descrever a realidade, mas desvelar as estruturas de poder que produzem e reproduzem a exclusão territorial, contribuindo para o fortalecimento de narrativas contra-hegemônicas e o reconhecimento das práticas insurgentes que emergem das periferias urbanas.

Estigmatização territorial e a associação da Compensa ao crime: entre invisibilidade e criminalização

A produção da injustiça territorial no bairro Compensa não se dá apenas por mecanismos físicos ou materiais, como a ausência de saneamento, moradia digna e mobilidade. Ela também se manifesta no campo simbólico, na forma como o território é percebido, narrado e representado socialmente. Nesse sentido, a Compensa tornou-se, ao longo das últimas décadas, um dos bairros mais estigmatizados de Manaus, frequentemente associado ao crime organizado, à violência urbana e à informalidade. Essa construção imagética reforça processos de marginalização social e legitima a seletividade das políticas públicas, que ora se ausentam, ora se impõem sob forma repressiva.

A estigmatização territorial, conforme analisada por Wacquant (2008), opera como uma “marca moral” imposta ao lugar e a seus habitantes, produzindo uma separação simbólica entre o “centro civilizado” e a “periferia perigosa”. Na Compensa, essa lógica se manifesta tanto no discurso midiático quanto nas práticas institucionais, como o policiamento ostensivo, a ausência de investimento público em cultura, educação e saúde, e a dificuldade de acesso a direitos básicos. O território é, assim, duplamente punido: por sua condição de exclusão e pela forma como essa exclusão é interpretada.

Contudo, é preciso compreender que o crescimento de redes ligadas ao crime organizado não é uma causa da desigualdade, mas uma consequência da negligência estrutural, da geografia espacial, construído a partir da falta de organização do espaço. Um outro fator é ausência do Estado que abriu espaço para a atuação de atores paralelos, que, por vezes, oferecem soluções imediatas (ainda que violentas) para demandas locais — segurança, proteção, renda. Isso não legitima essas práticas, mas exige uma leitura que reconheça as condições materiais que as tornam possíveis. Como afirma Harvey (2005), a reprodução das desigualdades urbanas cria espaços propícios à insurgência — seja ela social, criminal ou política.

Portanto, a presença da criminalização na Compensa deve ser lida como parte da injustiça territorial: ao reduzir o bairro a um “lugar de violência”, oculta-se sua história de luta, sua identidade e densidade cultural, sua organização comunitária. Essa narrativa seletiva colabora para o apagamento das formas legítimas de vida periférica, reforçando o estigma e dificultando a efetivação de políticas públicas voltadas à equidade. Superar essa injustiça exige romper não apenas com os limites materiais da desigualdade, mas também com os discursos que desumanizam e culpabilizam territórios inteiros por um processo que, em verdade, é sistêmico.

Considerações Finais

A análise empírica e crítica do bairro Compensa permitiu evidenciar a persistência de um modelo de urbanização excludente que estrutura, reproduz e legitima desigualdades territoriais na Amazônia urbana. Longe de ser um fenômeno pontual, a vulnerabilidade social observada nesse território revela-se como um processo histórico e estrutural, sustentado por uma lógica seletiva de planejamento urbano e pela omissão sistemática do poder público em relação às periferias.

URBANIZAÇÃO E INJUSTIÇA TERRITORIAL NO BAIRRO COMPENSA - MANAUS/AM: UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE VULNERABILIDADE SOCIAL

Ao integrar dados secundários, observação direta e análise cartográfica crítica, foi possível demonstrar como a Compensa constitui um território marcado pela precariedade material — expressa na ausência de saneamento básico, presença de áreas de risco e carência de infraestrutura —, mas também pela resistência simbólica e cotidiana de seus habitantes. Esses sujeitos, frequentemente invisibilizados nos mapas oficiais e nas políticas públicas, constroem múltiplas formas de pertencimento e atuação no espaço, reafirmando o direito à cidade por meio de práticas comunitárias, redes de solidariedade e territorialidades insurgentes.

Do ponto de vista teórico, os conceitos de injustiça territorial (Harvey), direito à cidade (Lefebvre), território opaco (Santos) e multiterritorialidade (Haesbaert) revelaram-se fundamentais para compreender as dinâmicas de exclusão e resistência que atravessam o bairro. A Compensa não é apenas um espaço precarizado, mas também um espaço vivido, produzido socialmente por sujeitos que resistem à lógica da despossessão e da marginalização. Como tal, configura-se como um campo de disputa urbana, onde se confrontam o urbanismo tecnocrático e as práticas populares de construção da cidade.

Reconhecer essa complexidade é essencial para repensar as formas de intervenção urbana nas periferias amazônicas. É necessário romper com modelos de planejamento centrados no capital e na rentabilidade territorial, e avançar para políticas públicas que reconheçam a centralidade da justiça territorial, da escuta ativa das comunidades e do fortalecimento das territorialidades populares. A inclusão da Compensa e de outros bairros similares nos processos de tomada de decisão urbana é condição para a democratização do espaço e para a efetivação de uma urbanização plural, equitativa e comprometida com os direitos fundamentais.

Este estudo, ao lançar luz sobre os processos socioespaciais que conformam a Compensa, contribui não apenas para o campo da Geografia crítica, mas também para os debates interdisciplinares sobre políticas urbanas, justiça social e desenvolvimento territorial na Amazônia. Novas investigações poderão aprofundar o diálogo com os sujeitos do território, incorporar metodologias participativas e explorar as conexões entre as vulnerabilidades locais e os projetos globais de urbanização.

Por fim, reafirma-se que o enfrentamento da injustiça territorial exige mais do que obras ou planos: exige o reconhecimento político e epistemológico das periferias como sujeitos ativos da cidade. A Compensa, com todas as suas contradições, é também um lugar de potência — um território que resiste, cria e insiste em existir.

Referências

BARROS, Heloísa C. **Territórios em disputa: regularização fundiária e resistência urbana em Manaus**. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

CASTELLS, Manuel. **A cidade e as massas: uma teoria das lutas urbanas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

**URBANIZAÇÃO E INJUSTIÇA TERRITORIAL NO BAIRRO COMPENSA -
MANAUS/AM: UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE VULNERABILIDADE SOCIAL**

HARLEY, John Brian. **A nova natureza dos mapas**: ensaios sobre a história da cartografia. São Paulo: Contexto, 2005.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2022**: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2025.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: <https://ivs.ipea.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2025.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. São Paulo: Centauro, 1991.

MANAUS. Prefeitura Municipal. **Plano Diretor Urbano de Manaus – Revisão 2018**. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – SEMPLA. Manaus: Prefeitura de Manaus, 2018.

MORAIS, Daniel P. **A construção da informalidade urbana em Manaus**: uma análise a partir da Zona Oeste. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SEMMAS – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade. *Plano de Bacia Hidrográfica do Igarapé São Raimundo*. Manaus: Prefeitura de Manaus, 2018.

SILVA, Joel P. Urbanização e desigualdade em Manaus: transformações territoriais no contexto da Zona Franca. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

SOUZA, Rafael C. **A cidade em partes**: segregação socioespacial e direito à cidade em Manaus. 2016. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2008.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade**: guetos, periferias e Estado. São Paulo: Boitempo, 2008.

Recebido em: 14/07/2025

Aprovado em: 19/08/2025

Publicado em: 10/09/2025